

ABERTURA

Apresentação do Seminário pela Presidente do Conselho Nacional de Educação

Maria Teresa Ambrósio

Senhor Ministro da Educação

Ilustres Conferencistas e Participantes

Senhores Conselheiros

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Queria começar por agradecer ao Senhor Ministro a sua presença, que muito nos honra. Queria agradecer também a todos aqueles que contribuíram para a realização deste Seminário, a todos os participantes e muito especialmente aos Senhores Conselheiros Prof. Maria Odete Valente e Fernando Regateiro que deram as orientações na sua preparação.

Apenas umas pequenas e muito breves palavras para lembrar o objectivo deste nosso encontro.

O objectivo deste Seminário insere-se, evidentemente, na preocupação do CNE de contribuir também para a discussão pública que tem vindo a ser promovida sobre o ensino experimental e a construção dos saberes no ensino escolar. Mas também se insere dentro duma metodologia que a pouco e pouco o Conselho tem vindo a adoptar: que é a de tentar criar espaços de reflexão, ainda que pequenos, e de uma forma espontânea, aberta, mas empenhada, tentando fazer o confronto entre o ponto de vista dos especialistas, de conhecimento científico dos investigadores e de experiências pedagógicas no terreno; isto é, estabelecer sobre a matéria o diálogo com os parceiros educativos que intervêm nesta área e que têm por sua vez as suas expectativas e as suas preocupações.

Podemos hoje dizer que, no campo do ensino experimental e do que dele se espera para a renovação do ensino, sobretudo do ensino escolar:

- contribuem hoje vários grupos, a começar pelos grupos que há longa data já entre nós se dedicam à investigação didáctica, à investigação pedagógica;
- contribuem os especialistas que pela necessidade de preparar decisões políticas e programas, conhecem os bloqueamentos e também as potencialidades que existem e conhecem sobretudo propostas das organizações internacionais e de outros países;
- contribuem aqueles que, pela reflexão da experiência prática das suas escolas, descobrem os contextos e as situações próprias de cada escola, de cada região, de cada grupo de alunos;
- contribuem ou devem contribuir sobretudo (e é essa a perspectiva do Conselho) todos aqueles que sentem uma responsabilidade social neste momento na definição e na mudança contínua da política educativa, e que são os parceiros sociais, os sindicatos, os estudantes, as associações científicas, as associações de pais, as associações culturais, os municípios, as universidades, as organizações não governamentais, enfim, toda as instituições em que se organiza a sociedade civil, tanto mais quanto a política educativa necessita de ser por eles partilhada.

É com esta ambição que o Conselho promove estes colóquios, onde procura confrontar as várias perspectivas e contribuir para acordos fundamentais em matéria de Política Educativa. Não estamos sobre a gestão concreta do dia a dia, e portanto, sob a pressão da responsabilidade do Ministério, para dar resposta aos problemas muito exigentes das reformas de planos curriculares. O nosso contributo pretende ser uma leitura sobre as tendências políticas da opinião pública, os conhecimentos científicos sobre a Educação em Ciência, e poder fazer assim de espelho no qual se possam reflectir algumas decisões que vão sendo tomadas e algumas experimentações que vão dando os seus reflexos.

É pois neste sentido e sabendo que hoje está na agenda da política educativa, a revisão curricular, incluindo nesta a revisão dos conteúdos, dos métodos, do modelo pedagógico, da organização da escola, que julgamos dever ser equacionada a relação entre ensino experimental, construção dos

saberes e os métodos laboratoriais e experimentais de ensino-aprendizagem. Mas é também no sentido de verificar como é que se liga a teoria à prática, o que são os saberes práticos e o que são os saberes teóricos, como se passa no processo de aprendizagem de uns para os outros, o que põe em causa, inclusivamente, a nossa tradicional organização do ensino, que também nos propomos lançar para o debate algumas questões.

Senhor Ministro, esta é uma pequena contribuição do CNE para a discussão pública necessária sobre a matéria, mas é sobretudo uma ocasião para criarmos hábitos de aprendermos a confrontar as nossas perspectivas, interesses e expectativas e irmos caminhando no processo democrático e participado de construção da Políca Educativa.

Muito obrigado pela sua presença, Senhor Ministro, e muito obrigado a todos também.

Intervenção do Ministro da Educação

Eduardo Marçal Grilo

Senhora Presidente do Conselho Nacional da Educação

Ilustres Conferencistas e Participantes

Senhores Conselheiros

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação, Senhora Professora Odete Valente, Senhor Professor Fernando Regateiro — aqui nossos colegas da mesa e organizadores deste seminário — Senhores Conselheiros e Senhores Convidados e participantes neste seminário.

Gostava de dizer, e gostava de dizer sobretudo à Senhora Presidente, do gosto e da importância que eu atribuo a esta vinda minha ao Conselho, manifestando-lhe o gosto que tenho em vir ao Conselho nestas circunstâncias, por duas razões essenciais:

Em primeiro lugar porque é o Conselho Nacional de Educação presidido pela Professora Teresa Ambrósio, que tem vindo a desenvolver uma acção da maior importância para a educação em Portugal. O Conselho Nacional de Educação é indiscutivelmente, para além de um centro de reflexão, um centro de referência. É este local distendido e calmo onde há um confronto de ideias, um confronto de posições. Para quem está neste momento fora do Conselho Nacional de Educação, tem sido possível recolher o essencial do debate, e o debate tem sido muito rico nestes últimos três anos, com um contributo muito significativo para a educação no seu conjunto. Não digo que seja para o Ministro ou para os Secretários de Estado ou para os Senhores Directores-Gerais ou para o Parlamento, penso que é no conjunto que todos nós estamos a beneficiar do papel que o Conselho desenvolve, não apenas nos seus pareceres que são, digamos, um

trabalho de fundo, mas em todos estes momentos de reflexão e de que o de hoje é um exemplo.

A segunda razão é porque se trata do ensino experimental. Eu tenho vindo e nós temos vindo a dedicar uma importância, um tempo e um espaço ao ensino experimental, e este par — ensino experimental, construção dos saberes — constitui um factor de aprendizagem e de formação absolutamente essencial. Para nós que tivemos uma formação experimental e que tivemos (para muitos de nós) a ocasião e o privilégio de fazer trabalho experimental, quer enquanto estudantes, quer enquanto profissionais, sabemos da importância que tem o trabalho experimental. Porque fazer trabalho experimental (estou aqui a falar para especialistas, estão aqui pessoas que têm muito mais experiência do que eu), no fundo é fazer um pouco de tudo, é testar, é medir, é comparar, é calibrar, é conceber, é fazer projectos, enfim, é tudo aquilo que está ligado ao ensino experimental.

Muitas vezes temos a ideia, para aqueles menos avisados (que não são os que estão aqui), que para fazer ensino experimental é necessário dispor de equipamentos altamente sofisticados. Para quem, como muitos de nós que trabalhamos em Inglaterra, sabemos que os ingleses são capazes de fazer ensino experimental, e sobretudo de introduzir o vírus do ensino experimental através dos mecanismos mais simples, das ideias mais simples, dos materiais mais simples, e desde a educação na escola primária, desde o 1.º ciclo, eu diria desde o pré-escolar, é possível que os miúdos se habituem e criem uma verdadeira mentalidade virada para o ensino experimental.

Outro dia, numa conferência na Fundação Calouste Gulbenkian, tive o privilégio de presidir a uma mesa, em que estavam dois prémios Nobel que eram dois homens encantadores. Um era inglês, o outro era americano. A certa altura, estavam a apresentar tudo aquilo como se fossem coisas simples, parecia que os “papers” estavam feitos à partida, os dados já estavam todos obtidos. A dado momento disse à assistência e eles pareceram ficar muito contentes por isso: “Isto é um trabalho de persistência, de sacrifício e de sofrimento enorme até ter estes resultados que estão aqui”. Não pensem os senhores participantes neste colóquio tão interessante, como era aquele, que esses dois senhores não sofreram enormemente para conseguir apresentar aqueles resultados. Este sentido da persistência, do rigor e do espírito de sacrifício, também está relacionado com a experimentação, também faz

parte da vida das pessoas, e também é um factor de formação muito importante.

Queria, portanto, cumprimentar o Conselho por esta iniciativa e por ter abordado o problema do ensino experimental, dando-lhe uma grande visibilidade. Mesmo sem este seminário se ter realizado, ele já teve visibilidade pública e isso é muito importante para todos nós. Porque hoje, de facto, vive-se muito daquilo que a comunicação social mostra e tem importância. Mostrar um elemento como é o ensino experimental, este factor que para mim é uma das grandes lacunas do sistema educativo que tem que ser rapidamente colmatada.

Como, seguramente, vão aqui discutir as várias facetas que o ensino experimental tem, deixem-me só dar-lhes um contributo.

Julgo que há dois aspectos particularmente importantes em que vale a pena insistir:

Um é que para quebrar este ciclo de alguma reprodução do não experimentalismo, é preciso ter uma acção forte ao nível da formação dos professores, porque os professores são indiscutivelmente o elemento essencial deste ciclo, e, portanto, o germen que pode despoletar uma formação ao nível do ensino experimental e a utilização do ensino experimental em todas as áreas. O ensino experimental não é apenas para as áreas clássicas, das biológicas, das físicas, das químicas, mas o ensino experimental e o espírito do ensino experimental e da educação experimental e das aprendizagens através do ensino experimental podem fazer-se praticamente em todas as áreas, e portanto, a primeira vertente julgo que é a da formação dos professores e tentar quebrar este ciclo.

O segundo, é talvez aquilo que o ano passado referi na reunião final do seminário da Ciência Viva, introduzir a obrigatoriedade do ensino experimental a partir do ano 2000, e introduzi-la de uma forma muito cautelosa, seguramente, porque estas coisas não se resolvem por decisões, por decretos-leis ou por portarias ou por despachos do Ministro, mas procurando incentivar em todas as escolas o ensino experimental, das formas mais simples, utilizando os materiais mais simples, mas introduzindo esta obrigatoriedade e fazendo depois o acompanhamento respectivo.

Tenho alguma dificuldade em falar de um projecto que não é da nossa tutela, que é o programa da Ciência Viva, mas gostava muito de saudar enormemente o projecto da Ciência Viva, porque o trabalho que tem vindo a ser feito pelo Ministério da Ciência connosco e com as nossas escolas é um trabalho notável, de divulgação e de consolidação da ideia do ensino experimental. Para aqueles professores que estão envolvidos no programa da Ciência Viva, o meu cumprimento muito especial pelo trabalho que tem vindo a ser feito e que tem sido muito reconfortante ver ao nível das várias escolas onde ele hoje se processa.

Quanto ao aspecto que me parece mais de investimento, o equipamento e o reequipamento das nossas escolas é algo que vai ter que ser reforçado nos próximos quatro anos, julgo que este Quadro Comunitário de Apoio, que está neste momento a ser preparado, vai consolidar aquilo que foi feito nos últimos anos, sobretudo nas escolas novas e nas escolas que têm apresentado e que apresentam maiores carências ao nível do seu equipamento, para, digamos, o 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade.

Deixo-lhes esta pequeníssima reflexão, este cumprimento a todos, o desejo de que o dia de hoje seja frutuoso e que nós possamos ter acesso às conclusões e às recomendações que daqui vão seguramente sair, e cumprimentar mais uma vez a Senhora Presidente.